AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O INÍCIO NO ENSINO FUNDAMENTAL

MARIA VANUZIA DE LIMA SANTOS

RESUMO

A educação infantil é uma etapa fundamental no processo de desenvolvimento da criança, pois é nessa fase que ela começa a construir as bases cognitivas, emocionais e sociais que irão acompanhá-la ao longo de toda a vida. Além disso, a educação infantil também desempenha um papel importante na preparação da criança para o início do ensino fundamental. Uma das principais contribuições da educação infantil para o início do ensino fundamental é a promoção do desenvolvimento cognitivo da criança. Na educação infantil, são trabalhadas habilidades como a linguagem, a percepção, a memória, a atenção e a criatividade, que são fundamentais para o aprendizado escolar. Dessa forma, a criança que passa pela educação infantil chega ao ensino fundamental com uma base sólida de conhecimentos e habilidades. Além disso, a educação infantil também contribui para o desenvolvimento socioemocional da criança. Esse aspecto é fundamental para que a criança consiga lidar com as demandas do ambiente escolar, como as relações com os colegas e com os professores, a adaptação a novas rotinas e a resolução de problemas. A educação infantil trabalha habilidades como a empatia, a cooperação, a autonomia e a resolução de conflitos, que são essenciais para o sucesso na escola e na vida. Outra contribuição importante da educação infantil para o início do ensino fundamental é a promoção da formação de hábitos e atitudes positivas em relação ao aprendizado. Na educação infantil, a criança aprende a se interessar pelo conhecimento, a buscar respostas para suas perguntas, a experimentar e a arriscar-se em novas atividades. Essa postura positiva em relação ao aprendizado é fundamental para que a criança se dedique aos estudos no ensino fundamental e tenha sucesso escolar.

Palavras-chave: Autonomia; Cooperação; Habilidades.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como propósito discutir a relevância da Educação Infantil para as séries iniciais e a importância do papel dos bebês e crianças nessa fase. Por meio de uma abordagem bibliográfica, baseada em autores que tratam sobre a Educação Infantil e a atuação docente, busca-se compreender a necessidade de os professores do ensino regular elaborarem seus planejamentos de aulas voltados para a Educação Infantil, com o objetivo de promover um processo de inclusão e protagonismo das crianças.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, criada no final do século XX, em 1996, reconheceu a importância de os professores estarem capacitados para a organização das didáticas direcionadas ao público infantil, visando à promoção de uma educação inclusiva e ao protagonismo infantil. Essa condição é relevante para o comportamento e formação educacional das crianças que frequentam o Ensino Fundamental nas séries iniciais.

Nesse sentido, é fundamental que os profissionais capacitados para a condução da organização das didáticas direcionadas à Educação Infantil estejam à frente desse processo, visando à promoção de uma educação inclusiva e ao protagonismo infantil. Isso significa considerar o papel ativo das crianças no processo de aprendizagem, valorizando suas experiências, interesses e necessidades, e promovendo um ambiente acolhedor e seguro para que possam expressar-se livremente.

Assim, a Docência tem um papel importante na promoção do protagonismo infantil, na medida em que busca promover a autonomia, a criatividade e a participação ativa das crianças no processo de aprendizagem. Para tanto, é necessário que os professores estejam capacitados para identificar as necessidades e interesses dos alunos, bem como para planejar e conduzir atividades pedagógicas que levem em conta o protagonismo infantil.

Acredita-se que as crianças aprendem desde a concepção e que o desenvolvimento humano é estimulado desde o útero, sendo acompanhado por mediadores do desenvolvimento. Nesse contexto, é fundamental reconhecer a importância da educação infantil para as etapas escolares seguintes, especialmente o primeiro ano do ensino fundamental.

Segundo Fujimoto (2002), investir no desenvolvimento de crianças de 0 a 3 anos é uma ação benéfica para toda a sociedade, pois uma infância feliz e com condições adequadas de desenvolvimento contribui para a formação de cidades seguras e confiantes. Os professores que trabalham com essas faixas etárias compreendem que as rotinas básicas de alimentação, cuidados e higiene podem ser aproveitadas como oportunidades de aprendizado sobre o mundo ao redor

As interações entre adultos e bebês são importantes para a formação de vínculos afetivos e cognitivos, e os ambientes educativos e familiares devem ser planejados para favorecer a comunicação e o afeto. Os professores que trabalham com crianças nessa faixa etária entendem que essas interações são fundamentais para o desenvolvimento socioemocional e cognitivo das crianças.

Os professores que trabalham com essas faixas etárias devem compreender a importância das interações entre adultos e bebês, que são fundamentais para o desenvolvimento socioemocional e cognitivo das crianças.

Do ponto de vista histórico, a própria literatura traz o jardim de infância como uma instituição exclusivamente pedagógica e que, desde sua origem, teve pouca preocupação com os cuidados físicos das crianças. No entanto, vale ressaltar que o primeiro Jardim de Infância, criado, em meados de 1840 em Blankenburg, por Froebel, tinha uma preocupação não só de educar e cuidar das crianças, mas de transformar a estrutura familiar de modo que as famílias pudessem cuidar melhor de seus filhos (PASCHOAL; MACHADO 2009, p. 81).

A ideia de uma escola de educação infantil que envolve a equipe escolar, a comunidade e as famílias dos bebês em um esforço conjunto para conhecer e desenvolver positivamente todas as entidades envolvidas gera um espaço interativo que busca promover a visão de uma escola para todos. De acordo com Peralta (2004), é importante desenvolver nas crianças uma capacidade de observação aguçada, saber ouvir e compreender suas línguas e transformar essas experiências em insumos curriculares.

Essa premissa de que o aprendizado começa antes do nascimento formula uma pedagogia diferenciada, que valoriza a importância das interações desde os primeiros anos de vida. Dessa forma, a escola de educação infantil deve ser um ambiente acolhedor e seguro, onde as crianças possam desenvolver suas habilidades socioemocionais e cognitivas por meio de uma educação inclusiva e participativa.

O trabalho conjunto da equipe escolar, comunidade e famílias dos bebês é fundamental para a construção de uma escola para todos, que valorize a diversidade e promova o desenvolvimento integral das crianças. Nesse sentido, é importante que as crianças sejam estimuladas a observar, ouvir e compreender o mundo ao seu redor, transformando essas experiências em oportunidades de aprendizado.

A premissa de que o aprendizado começa desde antes do nascimento formula uma pedagogia diferenciada, que valoriza a importância das interações desde os primeiros anos de vida. A equipe escolar, a comunidade e as famílias dos bebês devem trabalhar em conjunto para promover uma escola para todos, que valorize a diversidade e promova o desenvolvimento integral das crianças. As crianças devem ser estimuladas a observar, ouvir e compreender o mundo ao seu redor, transformando essas experiências em oportunidades de aprendizado.

Saber amar, apoiar e saber fazer uma verdadeira pedagogia de oportunidades para as crianças do século XXI é um grande desafio para dois educadores latino-americanos, em termos de um destino melhor para as novas gerações (PERALTA, 2004, p. 95).

Essas ideias são as que norteiam uma série de considerações teóricas que são tomadas como base para a realização desse artigo.

A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA IMPORTÂNCIA

Durante a fase de desenvolvimento que se inicia no nascimento e se estende até os três anos de idade, as pessoas experimentam conquistas fundamentais, como aprender a falar, andar, interagir com o ambiente e adquirir autonomia fisiológica. É importante, portanto, oferecer estímulos e apoio adequados e contínuos para garantir seu desenvolvimento integral.

De acordo com Meléndez (2003), a compreensão do desenvolvimento humano não pode ser baseada exclusivamente em uma perspectiva biológica, mas deve levar em conta também a dimensão social e afetiva. Nesse sentido, abordagens e paradigmas atuais definem a necessidade de integrar todas as ciências da atividade humana para compreender plenamente o desenvolvimento das pessoas e seus processos de amadurecimento e crescimento em interação com o ambiente.

Meléndez (2003) propõe que a exposição é um fator-chave para estimular o desenvolvimento humano. Isso implica criar um ambiente propício para a aprendizagem, que leve em consideração as necessidades e interesses das pessoas em desenvolvimento. Dessa forma, é possível promover o desenvolvimento integral, considerando tanto a dimensão biológica quanto a social e afetiva.

A importância de integrar conhecimentos sobre o desenvolvimento do ser humano para retornar ao seu próprio desenvolvimento, estratégias de proteção, estímulo, aprendizado, antecipação e acompanhamento que tendem a preservar e melhorar a qualidade de vida de nossa espécie. (p. 2)

De acordo com o autor, o estudo do desenvolvimento humano avançou e agora se sabe que não apenas a hereditariedade é responsável pelo desenvolvimento das pessoas em diferentes áreas, mas também a qualidade das relações, os afetos, a disponibilidade de recursos e as oportunidades que se apresentam no ambiente em que crescemos. Essa afirmação é importante, pois orienta o trabalho pedagógico com crianças, especialmente aquelas com menos de três anos de idade, tendo em vista que as intenções pedagógicas não podem ser limitadas.

É preciso considerar as necessidades de desenvolvimento humano, levando em

conta as capacidades que precisam ser desenvolvidas para que as crianças possam crescer de forma harmoniosa e feliz dentro do grupo social ao qual pertencem. Segundo Rocha (2001, p. 31):

Diferente de outras instituições, a escola é considerada um âmbito realmente privilegiado, no que se refere ao desenvolvimento do conhecimento, encarando o aluno como principal sujeito, tendo como intuito fundamental o ensino, desta forma, por meio da aula. Já na Educação Infantil, por meio das relações educativas em um convívio coletivo que possui como sujeito a criança de zero a seis anos.

Uma consideração pedagógica fundamental é o desenvolvimento das crianças por meio do contato humano saudável e amoroso, o que favorece a exploração e interação com o ambiente ao redor. Essa posição é reforçada por Meléndez (2003), o qual aponta que estudos do pensamento e comportamento humano demonstram que, desde o nascimento, os bebês preferem o contato humano em relação aos objetos, tais como brinquedos ou móbiles. Eles respondem de forma mais expressiva ao rosto e à voz da mãe do que a qualquer outro estímulo.

A educação e o cuidado de crianças de zero a cinco/seis anos, de caráter não-obrigatório e compartilhada com a família, desenvolvida em espaços institucionais não-domésticos, coletivos, públicos e privados, nomeados creches e pré-escolas. Além disso, creches e pré-escolas são consideradas instituições educacionais, que integram sistema de ensino, segundo regulamentação específica, consoante com a legislação educacional e correlata". (SILVA E VIEIRA, 2008, p. 5)

Durante o segundo ano de vida, as estruturas mentais de uma criança se aprimoram e especializam à medida que ela desenvolve habilidades de comunicação e exploração do ambiente. É importante reconhecer que o bebê tem intenções e desejos claros e pode satisfazê-los em relação aos objetos ao seu redor.

Segundo Pitluk (2001), os três primeiros anos de vida são cruciais para o desenvolvimento do cérebro humano. Esse potencial neurológico é maximizado pela qualidade das interações da criança com seu ambiente e seus pares. Por essa razão, o autor destaca que a função pedagógica da educação infantil deve se concentrar na intencionalidade de suas propostas educativas, incluindo a educação de crianças com menos de três anos de idade, levando em consideração seu nível evolutivo, sua capacidade de aprendizagem e desenvolvimento emocional, além de valorizar sua individualidade. Isso deve ser feito por meio de um processo educacional relevante e oportuno.

Ao consideramos que a Educação Infantil envolve simultaneamente cuidar e educar, vamos perceber que esta forma de concebê-la vai ter consequências profundas na organização das experiências que ocorrem nas creches e pré-escolas, dando a elas características que vão marcar sua identidade como instituições que são diferentes da família, mas também da escola (aquela voltada para as crianças maiores de sete anos. (BUJES, 2001, p. 17)

As crianças, desde a concepção, são seres em desenvolvimento e sujeitos de direitos, com potencialidades biopsicossociais, que delineiam a educação para a autorrealização pessoal, em um processo de educação permanente que promove a participação ativa do bebê, na ou grupo social para que pertence (Peralta, 2004).

De acordo com Peralta (2004), o contexto atual exige que homens e mulheres sejam valorizados como seres afetivos e conhecedores, que trazem consigo uma carga genética que lhes permite continuar seu desenvolvimento por meio das experiências de aprendizagem proporcionadas por um ambiente que ofereça afeto, proteção e oportunidades. Nesse ambiente, o interesse das crianças deve ser o supremo valor norteador do trabalho dos adultos envolvidos na formação delas.

Barbosa (2008) argumenta que a pré-escola no Brasil está passando por mudanças em seu conceito, que antes se baseava em condições assistencialistas e afetivas que não exigiam qualificação acadêmica dos professores e não incentivavam as crianças a desenvolverem habilidades por meio de desafios propostos dentro da sala de aula. Agora, a ideia é transformar o comportamento das crianças e estimular o pensamento crítico por meio de métodos pedagógicos que permitam a escuta ativa.

Veiga (2001) mostra que, sem as transformações provocadas pela lei de diretrizes e bases, a educação infantil no Brasil não teria evoluído e estaria em um patamar inferior ao de nações subdesenvolvidas que não possuem uma base sólida de educação infantil de qualidade para as crianças.

De acordo com Kinney (2009) é bastante relevante quando ressalta que:

Os profissionais educadores ao desenvolver os seus planos de aula devem ser direcionados para as condições que possibilitam entender as principais necessidades deste público infantil, compreender as suas formas de comunicação e a partir destas condições procurar alinhar a sua didática de acordo com as especificidades e capacidades de cada criança (KINNEY, 2009, p. 93).

O projeto de ensino tem como objetivo desenvolver estratégias para ajudar os professores a promoverem o comportamento adequado dos alunos na sala de aula na formação educacional infantil. Segundo Senge (2005), a didática deve ser preparada de

maneira a explorar as potencialidades de cada criança, promovendo a inclusão e um ensino que permita o surgimento de transformações necessárias para formar cidadãos com personalidades e opiniões próprias.

O modelo de ensino proposto para a educação infantil neste projeto de pesquisa da linha de docência não é definitivo, já que a adaptação periódica é necessária para torná-lo adequado à realidade cultural da educação infantil em diferentes regiões do Brasil. O primeiro passo para essa transformação é capacitar adequadamente os profissionais da educação para que possam entender as diversas linguagens produzidas pelo público infantil.

Com base em experiências em diferentes regiões do país, fica claro que a criatividade das crianças é infinita e precisa de profissionais capacitados para explorá-la e produzir resultados capazes de provocar transformações na personalidade das crianças. É importante observar que, apesar de algumas experiências isoladas, a educação infantil pública no Brasil ainda levará muito tempo para atingir um nível de qualidade satisfatório devido aos problemas estruturais, sociais e culturais que fazem parte da formação educacional das crianças.

A CRIANÇA E SUA INFÂNCIA

A palavra "criança" é normalmente associada à falta de idade, maturidade ou integração social adequada. No entanto, essa definição não se limita apenas à idade, pois está ligada a determinados papéis e desempenhos específicos que dependem da classe social em que a criança está inserida.

A participação da criança no processo produtivo, o tempo de escolarização, o processo de socialização na família e na comunidade e as atividades cotidianas variam de acordo com a posição da criança e de sua família na estrutura socioeconômica. Portanto, é inadequado supor a existência de uma população infantil homogênea, em vez de perceber diferentes populações infantis com processos desiguais de socialização.

Adotar uma concepção abstrata da infância significa analisar a criança como uma "natureza infantil", ignorando suas condições objetivas de vida e desconsiderando as relações de produção existentes na realidade. Por outro lado, entender a criança em relação ao contexto social, e não como uma "natureza infantil", é o princípio central dessa definição.

De acordo com Sonia Kramer (1987, p.39):

A primeira tem o objetivo de apontar como o sentimento e a valorização atribuídos à infância nem sempre existiram da forma como atualmente são conhecidos e defendidos, tendo sido determinados a partir de modificações econômicas e política da estrutura social.

A segunda trata especificamente da ideia de infância no pensamento pedagógico, mostrando o significado tanto da pedagogia "tradicional" quanto a "nova". O objetivo é mostrar como essas concepções estão presentes uma concepção de infância baseada na natureza infantil.

A terceira apresenta um estudo sobre a abordagem da privação cultural, base teórica da educação compensatória.

O sentimento de infância não se refere simplesmente à afeição pelas crianças, mas sim à consciência da singularidade da infância, ou seja, ao que diferencia a criança do adulto e a faz ser vista como um futuro adulto com potencial para se desenvolver.

Para entender o surgimento desse sentimento, é importante destacar dois aspectos relacionados ao contexto social, conforme aponta o historiador Philippe Ariès:

Era muito alto o índice de mortalidade infantil que atingia as populações e quando sobrevivia, ela entrava diretamente no mundo dos adultos. É importante acentuar que essa mortalidade continua hoje a ser regra geral para os filhos de classes dominadas em países de economia dependente.

O sentimento moderno de infância corresponde a duas atitudes contraditórias que caracterizam o comportamento dos adultos até hoje: uma considera a criança ingênua, inocente e graciosa e é paparicada pelos adultos e outra surge junto com a primeira, mas se contrapõe a ela, tomando a criança como um ser imperfeito e incompleto, que necessita da educação feita pelo adulto.

O sentimento de família, inseparável do sentimento de infância, é uma nova função que a instituição familiar assumiu, começando inicialmente na burguesia e se espalhando para a população em geral. É importante salientar que não é a família em si que é nova, mas sim o sentimento de família que surge nesse momento, ligado ao sentimento de infância. O reduto familiar tornou-se cada vez mais privado e a instituição da família assumiu funções antes destinadas à comunidade.

De acordo com Sonia Kramer (1987), a atual concepção de infância envolve uma dupla atitude em relação à criança: preservá-la da corrupção do meio, mantendo sua inocência, e fortalecê-la, desenvolvendo seu caráter e sua razão. As noções de inocência e razão não se opõem, mas são elementos fundamentais que formam o conceito de criança como essência ou natureza.

A ideia de infância não existiu sempre e de forma uniforme. Ela surgiu com a sociedade capitalista, urbano-industrial, quando houve uma mudança na inserção e no papel

social da criança na comunidade. Esse conceito de infância é determinado pela modificação das formas de organização da sociedade, que estabeleceu diferentes classes sociais nas quais o papel da criança é distinto. A ideia de uma infância universal foi divulgada pelas classes dominantes, baseada em seu modelo padrão de criança, a partir de critérios de idade e dependência do adulto, característicos de um tipo específico de papel social assumido dentro dessas classes.

A TRANSIÇÃO DE CICLOS

Quando uma criança inicia sua vida escolar, é uma das mudanças mais significativas que ela experimentará durante sua infância. O termo "transição educacional" se refere à mudança de uma fase educacional para outra, e durante essa transição, a criança enfrenta diversos desafios, como adaptação às novas relações sociais, estilos de ensino distintos, ambiente escolar, espaço físico, tempo, contextos de aprendizagem e o próprio processo de aprendizagem, o que torna este processo uma experiência intensa e com crescentes demandas.

Os processos de aprendizagem necessitam oferecer aos sujeitos um amplo leque de vivências e de atividades ao longo de todo o percurso formativo, haja vista que a realização de uma dada atividade não promove o desenvolvimento de todas as capacidades humanas; assim importa que a escola promova atividades relacionadas a diferentes áreas do conhecimento, bem como valores éticos, estéticos e políticos. (SANTA CATARINA, 2014, p. 38)

Nas últimas décadas, tem havido um aumento no estudo da transição da educação infantil para o ensino fundamental, o que se tornou um tema importante de pesquisa. A maioria desses estudos se concentra em identificar as continuidades e descontinuidades que as crianças enfrentam durante a escolaridade obrigatória. Todos esses trabalhos ressaltam que, durante a transição entre essas duas fases, a criança precisa se adaptar a mudanças significativas, como um novo ambiente, novos colegas, professores e metodologia de ensino.

Temos defendido a ideia de que participar, brincar e aprender são necessidades e direitos da criança que devem ser garantidos na escola, com a função de oportunizar a apropriação dos elementos da cultura em qualquer momento do desenvolvimento e da formação do sujeito. (QUINTEIRO; CARVALHO, 2012, p. 198).

Pesquisas recentes sobre a transição escolar da educação infantil para o ensino fundamental indicam que é importante promover um sentimento de pertencimento na criança em relação ao novo ambiente escolar. Esses estudos também destacam a importância de garantir o bem-estar emocional da criança durante a transição, por meio da implementação de boas práticas pelas escolas que facilitem a adaptação à nova fase educacional, incluindo as rotinas e normas de comportamento. Além disso, a transição pode ser vista como um momento crítico que pode afetar a aprendizagem da criança. No entanto, é observado que uma transição adequada contribui para o sucesso escolar e social posterior da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a escola é considerada uma das instituições fundamentais da sociedade, desempenhando um papel-chave na integração dos indivíduos na vida social. Como outras instituições sociais, a escola de Educação Infantil passou por transformações significativas devido às demandas da nova sociedade. Isso significa que estamos vivendo um momento em que as funções essenciais da escola estão sujeitas a mudanças.

A transição educacional da educação infantil para o ensino fundamental é um momento complexo e crucial para a vida acadêmica dos alunos. É importante garantir a continuidade entre as duas etapas educacionais, de modo que uma transição bem-sucedida possa produzir bem-estar social, cognitivo e emocional para o aluno.

Para garantir uma transição de qualidade, é necessário um planejamento cuidadoso e centrado na criança, com a colaboração de profissionais treinados e guiados por um currículo apropriado. Essas transições aumentam a probabilidade de que os impactos positivos da aprendizagem e dos cuidados na primeira infância durem até a escola primária e além.

Diversas pesquisas têm confirmado a importância de uma transição bem-sucedida para o futuro escolar das crianças. Por isso, a transição educacional entre as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental deve ser considerada como uma mudança importante para as crianças e deve ser tratada com a devida atenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/ Câmara da Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb005_09.pdf. Acesso em: 07 jul.2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Vol.1. Brasília: MEC\SEF, 1998.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Escola Infantil: Pra que te quero? (livro: Educação Infantil pra que te quero? CRAIDY E KAERCHER. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CARDOSO, Cintia Aurora Quaresma, OLIVEIRA, Ney Cristina Monteiro de. A História Da Educação Integral / Em Tempo Integral Na Escola Pública Brasileira, InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v. 25, n. 50, p. 57-77, jul./dez. 2019.

FUJIMOTO, G. (maio de 2002). Atenção integral na primeira infância: os desafios do século XXI. Trabalho apresentado no 2º Encontro de Educação Inicial e Pré-Escolar, México, Monterrey. Disponível em: http://www.cendi.org/interiores/encuentro2002/arch/p_gaby.htm. Acesso em 03 jul.2023.

KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil – a arte do disfarce. Rio de Janeiro: Editora Dois Pontos, 1987.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MELÉNDEZ, L. (27 de maio de 2003). Novas ideias sobre a estimulação do desenvolvimento integral em bebês. Palestra de abertura apresentada na celebração do 15º Aniversário do INEINA. Heredia, Costa Rica: Instituto de Estudos Interdisciplinares de Crianças e Adolescentes, Universidade Nacional. Disponível em:

http://66.160.203.127/CMS/images/stories/variospdfs/ladyestimulacion2003.pdf. Acesso em 13 jul.2023.

OLIVEIRA, Z. Educação infantil: fundamentos e métodos. 7ª ed. São Paulo. Cortez, 2011.

PASCHOAL, J.D.; MACHADO, M.C.G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. Revista Histedbr on-line, v. 9, n. 33, p. 78-95, 2009.

PERALTA, M.V. Na construção de uma pedagogia para crianças do século XXI. Contribuições da América Latina. Madri: OIE. 2004.

PITLUK, L. O jardim de infância: uma instituição educacional. In L. Pitluk (Coord.), Jardín Maternal III, um desafio a favor da infância (Coleção 0 a 5, Educação infantil, pp. 6-21). Buenos Aires: Edições de notícias educacionais. 2001.

QUINTEIRO, Jucirema; CARVALHO, Diana Carvalho de. Articulação entre educação infantil e anos iniciais: o direito à infância na escola! In: FLOR, Dalânea Cristina; DURLI, Zenilde. Educação Infantil e Formação de Professores. Florianópolis: da UFSC, 2012. p. 256.

ROCHA, E.A.C. A pedagogia e a Educação Infantil. Revista Brasileira de Educação, n. 16, p, jan./fev./ mar./abr. 2001.

SILVA, Isabel de Oliveira e.; VIEIRA, Lívia Maria Fraga. Educação Infantil: bases históricas, políticas e sociais. Educação Infantil no Brasil: direitos, finalidades e a questão dos profissionais. Belo Horizonte: FaE/UFMG, 2008.